**O BANCO MUNDIAL E A OCDE NA AMÉRICA DO SUL: POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA E ESCRITA**

Wisllayne Ivellyze de Oliveira-Dri

Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Brasil; [wis\_pedagogia@yahoo.com.br](mailto:wis_pedagogia@yahoo.com.br)

Monica Guerrero Garay

Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Brasil; [monigaray2009@gmail.com](mailto:monigaray2009@gmail.com)

**RESUMO AMPLIADO**

**Introdução ao Problema**

Considerando-se o cenário de globalização, enquanto aprofundamento e complexificação das relações econômicas, políticas e socioculturais em escala planetária, atreladas ao fortalecimento do modo de produção capitalista forjada num contexto de revolução industrial contemporâneo que redimensiona os tempos e os espaços; os desafios socioambientais decorrentes de sua expropriação e degradação; o acirramento da exclusão e o aumento da pobreza no período de contingenciamento pré pandemia e crise pandêmica da COVID-19 em 2020 entre outros. Nesse sentido, a educação, enquanto política pública e, na perspectiva do direito social, aponta-se como algo imprescindível, seja para manutenção ou transformação da realidade socioeconômica circundante (VIERA, 1997). Nesse cenário, a educação torna-se peça-chave para o modelo de globalização neoliberal e os Organismos Internacionais (OI) adquirem forte relevância na discussão global sobre as políticas econômicas, sociais e educativas nos países da América do Sul.

Na atualidade, os OIs de maior vínculo e interesse na educação e que foram analisados neste estudo são: o Banco Mundial (BM); e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A responsabilidade que estes organismos, historicamente, têm nos processos de mudança na educação em diferentes nações não é um processo unidirecional. Os governantes nacionais, intelectuais e técnicos são "responsáveis" das consequências e da constituição das política**s** que os OIs promovem nos diversos países em desenvolvimento (CORAGGIO, 1995).

Faz-se destaque ainda, à forma pela qual são divulgados os dados de evasão, repetência, distorção idade-série, ineficácia nos diferentes letramentos etc., como se os problemas relacionados às respectivas dimensões pudessem ser resolvidos desconectados de suas causas e condicionantes socioeconômico e estruturais.

Frente aos cenários educacionais, sociais e econômicos dos países da América do Sul, que pleno século XXI apresentam alarmantes índices de analfabetismo, pobreza e desigualdade; os organismos internacionais como o BM e a OCDE assumem um lugar de referência nas análises dos problemas educativos promovendo reformas educativas e influenciando nas agendas políticas nacionais dos países da região. É importante mencionar que o BM e a OCDE como entidades financeiras, têm desempenhado um lugar central na viabilização econômica das políticas públicas dos países da região, assim, os empréstimos milionários concedidos aos países latino-americanos aumentam as dívidas públicas nacionais e contribuem para a valorização do capital financeiro e a ampliação das consultorias privadas e equipes técnicas dos OI.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo identificar algumas orientações do BM e da OCDE nos países da América do Sul com relação às políticas de leitura e escrita nos últimos 10 anos. Para tanto, realizou-se uma análise documental, destacando as coincidências e as diferenças encontradas nos documentos estudados e algumas influências de tais documentos na região. Os documentos estudados foram: 1) BM: ACABAR COM A POBREZA DE APRENDIZAGEM: O que é preciso?, publicado em 2019; 2) OCDE: “Leitores do século 21: DESENVOLVENDO COMPETÊNCIAS DE LEITURA EM UM MUNDO DIGITAL”, publicado em 2021.

O desenvolvimento deste estudo se justifica diante dos contextos educacionais dos países da América Sul, que apresentam situações preocupantes com relação à leitura e à escrita, visto que, segundo a base de dados do Instituto de Estatística da Unesco[[1]](#footnote-1), aproximadamente 9% da população da América Latina é analfabeta. O analfabetismo total e funcional[[2]](#footnote-2), ainda determina o futuro de grande parte da população desses países, aspectos que são representados nos índices de avaliação dados pelas provas internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) organizado pela própria OCDE, e também nas políticas públicas implementadas pelos países da região que destacam ações que buscam promover a leitura e a escrita.

**Desenvolvimento**

Em 2019, um ano antes da devastadora pandemia da COVID 19, o **BM** incorpora em seus documentos e seus informes um novo conceito: o de “pobreza de aprendizagem”, estabelecido com base em dados coletados com o Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). As estatísticas apontam que 53% das crianças com dez anos de idade, de renda baixa e em situação vulnerável, apresentam dificuldades para ler e compreender textos curtos. Este número aumenta nos países de extrema pobreza, nos quais 80% das crianças são atingidas pela tal denominada pobreza de aprendizagem (BM, 2019). Nesse mesmo ano e com os objetivos já estabelecidos no plano de desenvolvimento sustentável 2030, o BM direciona uma nova meta no objetivo 4: respeito à educação e especificamente à redução da pobreza de aprendizagem centrando a atenção nos processos de leitura e alfabetização das crianças. No documento guia elaborado pelo BM “ACABAR COM A POBREZA DE APRENDIZAGEM: O que é preciso?” observam-se orientações aos países para que estes alcancem esta meta a partir de quatro eixos fundamentais:

* A criação de múltiplas políticas de alfabetização que interfiram no nível nacional, de maneira eficaz e eficiente, na promoção da competência leitora nos estudantes;
* Renovação da educação fortalecendo os sistemas educacionais nos processos de alfabetização e que estes possam ser sustentados e ampliados;
* Programa de avaliação que inclui os resultados da aprendizagem, como pesquisas orientadas ao uso de novas tecnologias que permitam o desenvolvimento de habilidades básicas.

O documento “Leitores do século 21: DESENVOLVENDO COMPETÊNCIAS DE LEITURA EM UM MUNDO DIGITAL” da **OCDE** (2021) promove orientações sobre os processos de alfabetização, leitura e escrita com base nos países participantes do PISA. Também, encontram-se comparações entre o PISA aplicado em 2009 e o aplicado em 2018, além de prescrever orientações contundentes sobre o lugar da tecnologia e das ferramentas digitais nos processos de alfabetização e leitura.  Sendo assim, o relatório centra-se na análise de políticas e práticas que possam potencializar os ambientes digitais como forma de aprendizagem. A leitura aparece de forma relevante ganhando destaque no PISA de 2018. Além das questões de alfabetização, leitura e competências, já conhecidas nos relatórios PISA, observa-se no último capítulo temas relacionados com a mediação do professor e como este pode motivar e gerar prazer pela leitura. Destacaram-se os seguintes pontos no relatório estudado:

* manutenção do enfoque tradicional do PISA (alfabetização, leitura e competências);
* valorização das tecnologias no ambiente escolar;
* o ambiente digital como forma de melhorar os processos de aprendizagem escolares;
* professor como mediador e motivador dos processos de leitura.

Na América do Sul, as políticas de leitura e escrita são temas presentes tanto nos planos nacionais de educação, como nos planos específicos de leitura e escrita com ações e programas que buscam melhorar o domínio da leitura e escrita e promover a democratização do acesso da leitura. Ainda que primordiais, muitas vezes, têm sido pressionadas pelos *rankings* de avaliações internacionais como o PISA, que apesar de se constituir em uma referência mundial, são insuficientes e descontextualizadas da realidade da região.

**Conclusões**

Foram encontradas intersecções entre os documentos estudados, visto que, promovem orientações e diretrizes na busca de contribuir com a diminuição do analfabetismo total e funcional nos países da região sul da América Latina. Os documentos analisados, também, dialogam com a necessidade da valorização da tecnologia no ambiente escolar aliada aos processos de ensino e aprendizagem. Ademais, identificou-se que tais políticas vão ao encontro dos conteúdos cobrados no PISA, pois destacam os processos de alfabetização, de leitura e de competências para os resultados de aprendizagem. Portanto, os países da América do Sul contam com ações na área da leitura e escrita e que podem ser vistas nos planos nacionais de educação e nos planos específicos de leitura e escrita destes países e podem ser compreendidas em função dos altos índices de analfabetismo existentes, mas também pelas pressões que as avaliações externas, como o PISA promovem.

**Referências**

VIEIRA, Evaldo Amaro. Políticas sociais e direitos sociais no Brasil. Comunicação & Educação, n. 9, p. 13- 17, 1997.

CORAGGIO, José Luis (1995), "Las propuestas del Banco Mundial para la educación: ¿sentido oculto o problemas de concepción?", simponsio apresentado no Seminario o Banco Mundial e as Politicas de Educaçao no Brasil, organizado por Açao Educativa, Sâo Paulo, jun. 28-30, 1995.

BANCO MUNDIAL Ending Learning Poverty : What Will It Take? World Bank, Washington, DC,2019. Disponível em https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32553. Acesso em: Maio de 2022.

OECD. 21st-Century Readers: Developing Literacy Skills in a Digital World, PISA, OECD Publishing, Paris,2021. Disponível em: https://doi.org/10.1787/a83d84cb-en. Acesso em: maio de 2022.

1. Dados disponíveis em: http://data.uis.unesco.org/# Acessado em: 26 de jun. 2022. [↑](#footnote-ref-1)
2. Entende-se por analfabeto total as pessoas de 15 anos ou mais que, pelos critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não são capazes de ler e escrever nem ao menos um bilhete simples. Entende-se por analfabeto funcional o indivíduo que pode ser capaz de identificar e ler números, letras, palavras e até frases, mas não consegue reunir essas informações e assimilá-las, resultando em problemas de interpretação e podem ser de vários níveis conforme análises do Instituto Paulo Montenegro no Brasil. [↑](#footnote-ref-2)